

SUMÁRIO

IN MEMORIAM	5
LINHA EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO	9
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
O Ônus da Prova e seus Inimigos <i>L'Onere della Prova e suoi Nemici</i> DANIEL MITIDIERO	17
A atemporalidade da teoria da asserção <i>The timelessness of assertion theory</i> EDUARDO DE AVELAR LAMY E ANDRÉ SCHMIDT JANNIS.....	49
A celebração de negócios processuais atípicos pela Fazenda Pública: adequação procedimental à realização do interesse público <i>The realization of atypical procedural agreements by the Public Administration: procedural adequacy to the achievement of the public interest</i> LUZARDO FARIA	65
Breves considerações sobre o contraditório no incidente de desconsideração da personalidade jurídica <i>Brief considerations on the contradictory in the incident of disregard of legal entity</i> RUBISMARA RODRIGUES DE SALES E CELSO HIROSHI IOCOHAMA.....	85
PROCESSO DE CONHECIMENTO (FASE COGNITIVA)	
Arbitramento dos honorários sucumbenciais em caso de procedência parcial: uma análise a partir de julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal <i>Arbitration of sucumbential fees in case of partial origin: an analysis based on judgments of the Superior Court of Justice and the Supreme Federal Court</i> FÁBIO RICARDO RODRIGUES BRASILINO.....	101
A extensão da coisa julgada às questões prejudiciais de mérito <i>The extension of the res judicata to the preliminary issues to the merit of the lawsuit</i> SERGIO SEIJI SHIMURA E TATIANA TIBERIO LUZ.....	123

TUTELA EXECUTIVA

Execução e desjudicialização: modelos, procedimento extrajudicial pré-executivo e o PL 6204/2019

Ejecución y desjudicialización: modelos, procedimiento extrajudicial pre-ejecutivo y PL 6204/2019

ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR..... 151

TUTELA PROVISÓRIA

Ação de revisão da tutela antecipada estabilizada

The action to revise the stabilized antecedent provisional injunction

RODRIGO BLEY SANTOS..... 179

A tutela provisória do art. 311, II, do CPC e a evidência por norma legal não controversa

The provisional injunction of art. 311, II, of the CPC and the evidence due to non-controversial legal rule

MARCO FÉLIX JOBIM E MILTON TERRA MACHADO 205

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS – PROCESSO NOS TRIBUNAIS

Cabimento dos embargos de declaração para a correção de erro material do juiz: oportunidade para se rediscutir a natureza jurídica do pedido aclaratório

Admission of the embargoes of declaration for correction of material error of the judge: opportunity for rediscuss the legal nature of the clarification request

HANDEL MARTINS DIAS..... 225

O direito ao fornecimento dos votos parciais no julgamento não unânime sob a perspectiva do devido processo legal

The right to the supply of partial votes in non-unanimous judgment under the perspective of due process of law

RAFAEL CASELLI PEREIRA E CLÁUDIO TESSARI 245

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

A inefetividade dos mecanismos coletivos de proteção dos investidores no mercado de valores mobiliários brasileiro

The ineffectiveness of collective investor protection mechanisms in the Brazilian securities market

VIMANE MULLER PRADO, FERNANDA FARINA MANSUR E VÍCTOR HUGO CUNHA SILVA..... 267

TUTELA DIFERENCIADA

Problemáticas da tempestividade nos embargos de terceiro

Problematics of the timing in the embargos de terceiro

RAVI PEIXOTO E TAMYRES TAVARES DE LUCENA 297

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

Perspectivas para a modulação de efeitos da decisão nos recursos especiais
Perspectives for the modulation of the effects of the decision on special resources

VOLTAIRE DE FREITAS MICHEL E MARC ANTONI DEITOS..... 327

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

A participação das vítimas nas *claims resolution facilities*: o que a América do Sul tem a considerar a partir da experiência estrangeira?

The victim's role in claims resolution facilities: what South America can consider from the foreign experience?

LAYANNA PIAU VASCONCELOS E CATHARINA PEÇANHA MARTINS OROSO..... 347

O sistema processual brasileiro adotou a *cross-examination*? Uma análise à luz das disposições do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal
Has the Brazilian procedural system adopted cross-examination? An analysis of the provisions of the Civil Procedure Code and Criminal Procedure Code

RAFAEL WOBETO PINTER..... 367

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Suspensão de prazos judiciais por força da pandemia

Suspension of procedural deadlines due to the pandemic

EDUARDO TALAMINI E PAULO OSTERNACK AMARAL 393

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Terceirização de conciliadores e mediadores: formalidades de contratação, remuneração e financiamento do modelo

Outsourcing of conciliators and mediators: contracting, remuneration and model funding formalities

CLAUDIO MADUREIRA E THIAGO ALVES DE FIGUEIREDO 413

Entre a Afetividade e a Efetividade. A Mediação Familiar à luz do Código de Processo Civil de 2015: incentivo à consensualidade interdisciplinar na resolução dos conflitos de família

Between Affectivity and Effectiveness. The Family Mediation in the light of the Civil Procedure Code of 2015: encouraging interdisciplinary consensus in resolving familiar conflicts

MANUEL CAMELO FERREIRA DA SILVA NETTO E FABIOLA ALBUQUERQUE LÔBO..... 433

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

É inconstitucional lei federal que autoriza cobrança de custas para expedição de certidões pela Justiça Federal de primeiro e segundo graus quando forem voltadas para a defesa de direitos ou o esclarecimento de situação de interesse pessoal..... 457

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

É cabível ação civil *ex delicto* para reparação de danos por lesão corporal de natureza grave, valendo-se apenas de condenação em primeira instância, uma vez que não é necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença penal..... 473

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Admissibilidade de proposta de afetação sobre demandas que versem sobre a possibilidade de fixação de honorários advocatícios com fundamento em juízo de equidade nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil..... 485

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Herdeiras de servidora pública são condenadas a restituir quantia paga indevidamente após seu falecimento, sob pena de enriquecimento sem causa, afastando a legitimidade do espólio, o qual somente responde pelas dívidas..... 503

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 519

Índice de Temas..... 521

Índice de Autores..... 525

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 529